

ANÁLISE DAS QUALIDADES DAS PRESCRIÇÕES MÉDICAS DISPENSADAS EM DROGARIAS DO INTERIOR DE GOIÁS

Um risco à saúde do paciente

Serjaine Rosa da Silva Batista e Roseli Oliveira Andrade – Faculdade Anhanguera de Anápolis

Fênix Araujo Oliveira, Gabriela Mota Do Carmo e Flavio Marques Lopes – Universidade Federal de Goiás - UFG

RESUMO: A prescrição médica consiste na comunicação entre prescritor e dispensador, a falha nesta pode gerar dúvidas e prejudicar a saúde paciente. O objetivo desta pesquisa foi avaliar as prescrições médicas na Drograria Ana Paula de Anápolis/GO e Drograria Planalto de Goianápolis/GO, em relação às falhas de redação. Foram avaliadas todas as receitas recebidas durante o período de 01 de agosto a 31 de setembro de 2010, totalizando 120 prescrições avaliadas. Nas duas drogarias observou-se a presença da assinatura e carimbo em todas as prescrições. Nas duas drogarias pesquisadas houve baixa porcentagem de ilegibilidade e rasuras. Foi observada elevada incidência da omissão quanto à duração do tratamento nas duas drogarias. Várias das prescrições médicas avaliadas não forneceram todas as informações indispensáveis para utilização correta dos medicamentos. Uma dispensação adequada deve permitir ao paciente conhecer o objetivo do tratamento e posologia correta, garantindo qualidade na terapia medicamentosa do paciente.

ABSTRACT: The prescription consists in communication between prescriber and pharmacist, a fail in this communication can generate doubts and damages to patient's health. The aim of the study was evaluate the prescriptions at Ana Paula Drugstore, situated in Anápolis/GO and Planalto Drugstore situated in Goianápolis/ GO, about failure in writing. We evaluate all prescriptions received during August 1st, 2010 until September 31, 2010, a total of 120 prescriptions evaluated. We observed stamp and signature in all prescriptions. There was low percentage of illegibility and erasures. A lot of prescriptions didn't present duration of treatment. Most of the prescriptions evaluated didn't have all the necessary information for correct use of medicines. An appropriate dispensation permit the patient knows the aim of the treatment and correct dosage, ensuring quality of drug therapy.

PALAVRAS-CHAVE:

Prescrições médicas; drogarias; dispensação; qualidade da terapia medicamentosa.

KEYWORDS:

Prescription; drugstores; dispensation; quality of drug therapy.

Artigo Original

Recebido em: 14/01/2013

Avaliado em: 22/02/2013

Publicado em: 14/05/2014

Publicação

Anhanguera Educacional Ltda.

Coordenação

Instituto de Pesquisas Aplicadas e Desenvolvimento Educacional - IPADE

Correspondência

Sistema Anhanguera de Revistas Eletrônicas - SARE
rc.ipade@anhanguera.com

1. INTRODUÇÃO

A prescrição é essencial para o processo de indicação terapêutica do paciente, após avaliação e diagnóstico exato, trata-se de um ponto importante na racionalização do consumo de medicamentos (FEDERICO, 2006). A prescrição médica consiste em um papel principal no tratamento medicamentoso do paciente, no entanto prescrições incompletas, ilegíveis ou com rasuras impedem a eficiência da dispensação do medicamento podendo levar a erros relacionados ao medicamentos (SOUZA et al., 2008). Os medicamentos têm papel relevante na prevenção, manutenção e recuperação da saúde e contribuem para a melhora da qualidade e da expectativa de vida da população. No entanto, apesar dos seus benefícios a prescrição e a utilização impróprias de medicamentos constituem uma das principais causas de complicações à saúde e de prejuízos econômicos e sociais (AIZENSTEIN, 2010).

Segundo a National Coordinating Council For Medication Error Reporting And Prevention - NCC MERP, (2001) erro de medicamento é definido como:

“[...] qualquer evento evitável que pode levar ao uso inadequado de medicamento, desde a prescrição até a administração da droga ao cliente. O uso inadequado pode ou não lesar o cliente, e não importa se o medicamento encontra-se sob o controle de profissionais de saúde ou do consumidor. Nem todo erro de medicação é um evento adverso, mas somente aquele erro que causar dano ao cliente. O erro pode estar relacionado à prática profissional, produtos usados na área de saúde, procedimentos, problemas de comunicação, incluindo prescrição, rótulos, embalagens, nomes, preparação, dispensação, distribuição, administração, educação, monitoramento e uso de medicamentos”.

A utilização inadequada de medicamentos pode ocorrer devido a falhas na etapa da prescrição médica, envolvendo a dispensação do medicamento e a administração no paciente. Se a prescrição não puder ser compreendida por outros profissionais da saúde, como o farmacêutico, possuindo falhas na escrita, poderá gerar insucesso da terapia medicamentosa, podendo implicar em tratamentos ineficientes, agravo na patologia e causar danos ao paciente. Se os erros relacionados à etapa de prescrição forem identificados, estudados e corrigidos, conseqüentemente haverá uma redução das falhas, obtendo-se qualidade na dispensação e contribuição para a promoção do uso racional de medicamentos.

Este estudo teve como objetivo avaliar as prescrições médicas na Drogeria Ana Paula de Anápolis/GO e Drogeria Planalto de Goianápolis/GO, em relação às falhas de redação. Verificando a qualidade das prescrições em relação ao tipo de receita; data da emissão; legibilidade; presença de rasuras; identificação do usuário; nome do paciente e endereço; identificação do medicamento como: concentração, forma farmacêutica, quantidade, posologia e duração do tratamento; identificação do prescritor com número de registro no respectivo conselho profissional e assinatura; comparar a qualidade das prescrições quanto ao sexo do prescritor; correlacionar quanto à qualidade das prescrições nas duas drogarias.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quali-quantitativo com intuito de descrever a qualidade das informações de uma prescrição.

O estudo qualitativo visa analisar e interpretar as informações descritas na prescrição. Para o auxílio deste estudo foi empregada pesquisa bibliográfica que se realizou por meio dos bancos de dados eletrônicos: scielo, scirus, domínio público, scopus, utilizando como termos descritores: prescrições médicas, assistência farmacêutica, dispensação em drogarias, análise da qualidade das prescrições de medicamentos.

O estudo quantitativo do trabalho forneceu meios para comparar a diferença da qualidade das informações contidas no receituário.

2.2. Amostra

Foram avaliadas todas as receitas recebidas durante o período de 01 de agosto a 31 de setembro de 2010, que totalizam 120 prescrições médicas avaliadas. Sendo que 60 prescrições foram avaliadas pela Drogaria Ana Paula e outras 60 prescrições pela Drogaria Planalto. Destas 60 prescrições, 30 foram prescrições de controle especial (2 vias ou azul) e 30 prescrições simples.

2.3. Local de estudo

O estudo foi realizado em duas drogarias: Drogaria Ana Paula situada no município de Anápolis/GO e Drogaria Planalto situada no município de Goianápolis/GO.

2.4. Coleta de dados

Para o auxílio da coleta de dados foi utilizado um formulário conforme Quadro-1. Após o preenchimento do formulário para cada prescrição médica, foram analisados os itens individualmente, onde os resultados foram transportados em porcentagem. Foram correlacionados os resultados entre as drogarias em relação à qualidade das prescrições e realizada uma comparação quanto ao sexo do prescriptor.

() Drogaria Ana Paula () Drogaria Planalto

Quadro-1: Análise da qualidade das prescrições médicas.

	Normal	2 vias ou Azul
Tipo de receita		
2 vias ou Azul	S	N
Cidade de origem		
Nome do paciente		
Endereço	S	N
Data de emissão		
Letra ilegível		
Rasuras		
Identificação do medicamento		
	S	N
Concentração		
Forma farmacêutica		
Quantidade		
Posologia		
Duração do tratamento		
Identificação do prescriptor		
	S	N
Assinatura e carimbo		
	F	M
Sexo do prescriptor		

(Legenda: S= sim; N= não / F= feminino; M=masculino)

2.5. Análise e interpretação de dados

Foi aplicado teste estatístico (teste Tukey) com 95% de confiabilidade, realizando uma comparação dos dados entre as duas drogarias, sendo que os resultados serão apresentados em forma de gráfico, buscando analisar a qualidade das prescrições médicas.

2.6. Aspectos éticos

Nenhum risco foi apresentado aos usuários e prescritores envolvidos na pesquisa, pois foi garantido o sigilo e anonimato destes.

O projeto foi submetido ao Comitê de Pesquisa e de Ensino da Faculdade Anhanguera Educacional onde a pesquisa foi analisada, recebendo código 390/2010

Não houve fatores que levassem ao encerramento ou suspensão da pesquisa que foi desenvolvida.

3. ANÁLISE E RESULTADOS

Para a realização do estudo foi utilizado um formulário (Quadro-1) para analisar a qualidade das prescrições médicas aviadas na Drogaria Ana Paula e Planalto, onde os resultados foram expressos em gráficos.

Foram analisadas 120 prescrições sendo que 60 prescrições são referentes à Drogaria Ana Paula e 60 prescrições à Drogaria Planalto. Das 60 prescrições avaliadas em cada estabelecimento, 30 foram prescrições de controle especial (2 vias ou azul) e 30 prescrições simples.

Dentre as 60 prescrições da Drogaria Ana Paula observou-se que quanto à identificação do prescriptor 80% eram do sexo masculino como demonstrado na Figura-1.

Nas 60 prescrições da Drogaria Planalto foi observado que quanto à identificação do prescriptor também predominou o sexo masculino, 58%, uma incidência menor, quando comparada a Drogaria Ana Paula como demonstrado na Figura-2.

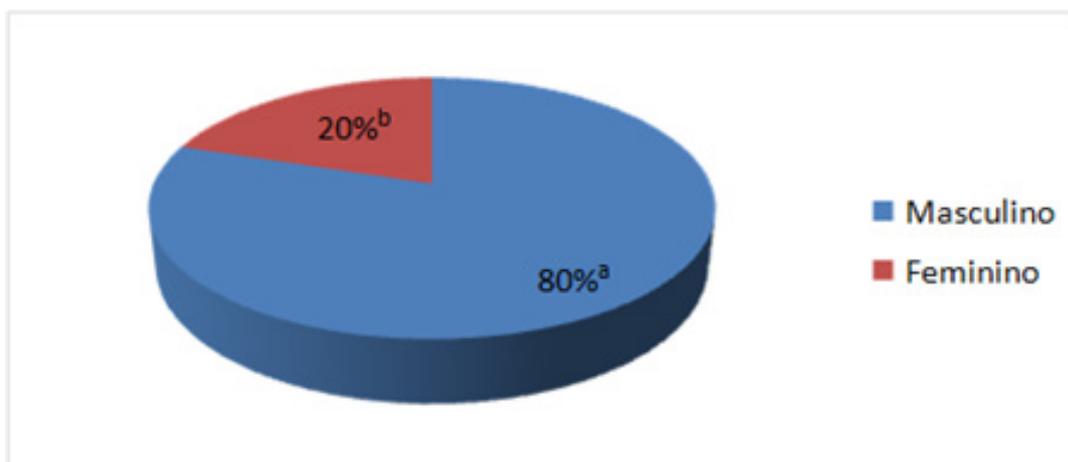


Figura-1: Identificação do prescriptor em relação ao sexo presente nas prescrições simples e de controle especial da Drogaria Ana Paula.

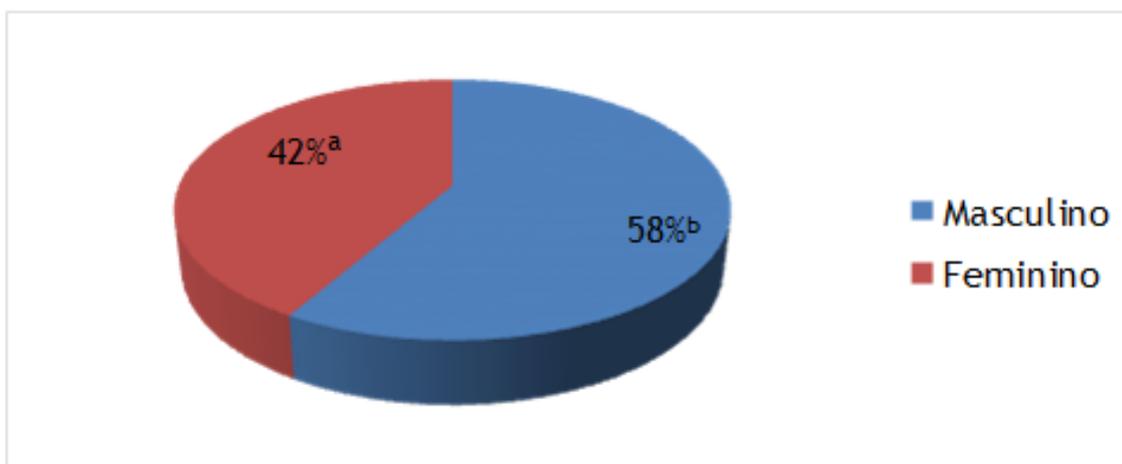


Figura-2: Identificação do prescriptor em relação ao sexo presente nas prescrições simples e de controle especial da Drogaria Planalto.

Nas prescrições de controle especial (2 vias ou azul) da Drograria Ana Paula foi observado que 67% destas apresentam informações em relação à cidade de origem, 67% apresentam nome do paciente e 37% apresentam endereço do paciente como pode ser visualizado na Tabela-1.

Enquanto que nas prescrições de controle especial (2 vias ou azul) da Drograria Planalto, 87% destas apresentam informações em relação à cidade de origem, 100% apresentam nome do paciente e 70% apresentam endereço do paciente como demonstrado na Tabela-1.

Ao comparar os resultados obtidos entre as duas drogarias, foi possível verificar diferença significativa entre os resultados, porém os mesmos erros de prescrição foram observados.

Tabela 1 - Informações presentes nas prescrições de controle especial (2 vias ou receita azul) das Drogarias Ana Paula e Planalto, com valores seguidos de letra diferentes na mesma linha apresentando a diferença significativa com 95% de confiança.

CONTROLE ESPECIAL (2 VIAS OU AZUL)	DROGARIA ANA PAULA (30 prescrições)		DROGARIA PLANALTO (30 prescrições)	
Cidade de origem	20	67% ^b	26	87% ^a
Nome do paciente	20	67% ^b	30	100% ^a
Endereço	11	37% ^b	21	70% ^a

A ausência do nome do paciente representa um grave problema, pois a identificação do paciente é considerada um item de importância da prescrição, principalmente em prescrições de controle especial, pois pode levar a falsificação (MASTROIANNI, 2009). No trabalho de Mastroianni (2009), o índice relacionado a falta de identificação do paciente foi de 1,2 %, fator este relativamente baixo levando em consideração o número amostral avaliado. Já na Drograria Ana Paula, encontramos um número muito maior (33%), e um número amostral muito mais reduzindo quando comparado com o trabalho realizado no município de Araraquara - SP. No entanto na Drograria Planalto não encontramos tais erros na prescrição.

A Portaria n° 344/98 SVS/MS cita que nas prescrições de medicamentos de controle especial devem conter o endereço completo do paciente na identificação do usuário, porém tais exigências não são cumpridas à risca, como pode ser observado nos resultados obtidos neste trabalho. A ausência de endereço nas prescrições de controle especial foi observada nas duas drogarias, sendo que na Drograria Ana Paula houve 63% de omissão e na Drograria Planalto houve 30% de omissão.

Em relação à data de emissão das prescrições simples e de controle especial da Drograria Ana Paula, 80% das prescrições simples, e 94% das prescrições de controle especial apresentaram data de emissão. Quanto à ilegibilidade, 37 % das prescrições simples e 27% das prescrições de controle especial apresentaram letra ilegível. Quanto à presença de

rasuras, 27% das prescrições simples e 7% das prescrições de controle especial apresentaram rasuras. A presença de assinatura e carimbo foi observada em 100% das prescrições, tanto simples como de controle especial. (Figura -3)

Quanto a Drograria Planalto, a data de emissão foi observada em 97% das prescrições simples e em 100% das prescrições de controle especial. Quanto à ilegibilidade 34% das prescrições simples e 37% das prescrições de controle especial apresentaram letra ilegível. Quanto à presença de rasuras 14% das prescrições simples e 7% das prescrições de controle especial apresentaram rasuras. A presença da assinatura e carimbo foi observada em 100% das prescrições, tanto simples como de controle especial. (Figura-4). Mastroianni (2009), conseguiu detectar em trabalho semelhante, 12,6% de prescrições com ausência de data, 15,9% ausência do carimbo e 0,1% ausência da assinatura do prescriptor.

A presença da assinatura e carimbo do prescriptor representa a confirmação do seu compromisso e responsabilidade sobre o que está sendo prescrito (WANDERLEY et al., 2010). Nas duas drogarias foi observada a presença da assinatura em todas as prescrições tanto simples quanto de controle especial.

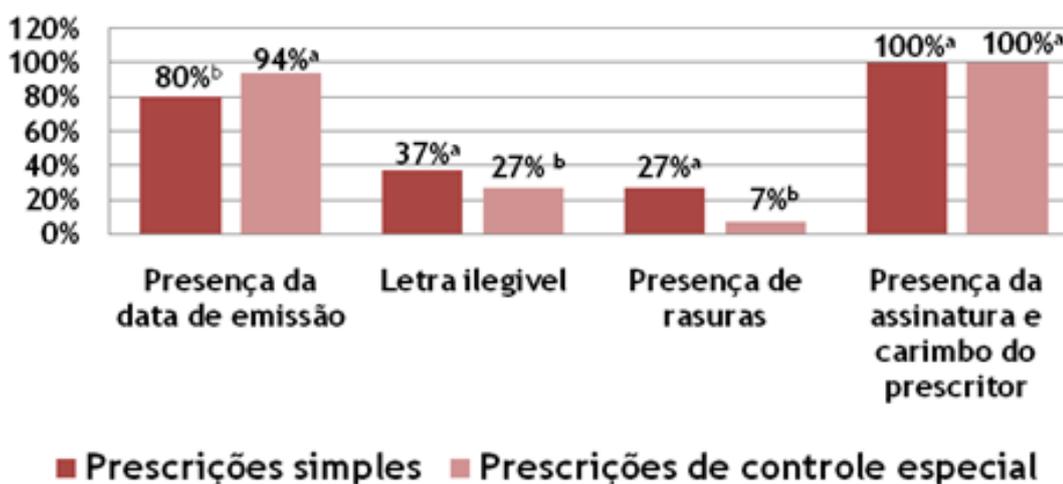


Figura-3: Dados relacionados à data de emissão, letra ilegível, rasuras, assinatura e carimbo do prescriptor, presentes nas prescrições da Drograria Ana Paula

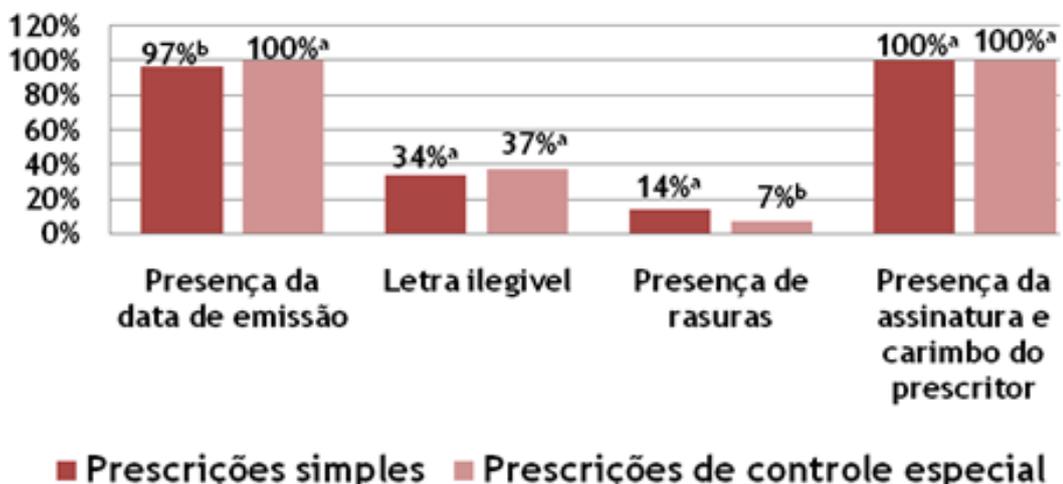


Figura-4: Dados relacionados à data de emissão, letra ilegível, rasuras, assinatura e carimbo do prescriptor, presentes nas prescrições da Drograria Planalto.

A data é imprescindível em uma prescrição, para orientar o médico quanto ao período de uso da medicação, para orientar o farmacêutico no controle da validade da receita e o paciente no acompanhamento do tempo do seu tratamento (WANDERLEY et al., 2010). A ausência da data pode levar a fraudes das prescrições. Nas duas drogarias foi possível observar índices satisfatórios em relação à presença da data de emissão tanto nas prescrições simples como nas de controle especial.

Rasuras e ilegibilidade podem causar confusão na leitura, resultando em erros de medicamentos e possíveis danos ao paciente (CASSIANI et al., 2010). Tanto a drogaria Ana Paula como a Planalto apresentaram baixa porcentagem de ilegibilidade e rasuras, principalmente nas prescrições de controle especial. A ausência de informações básicas de uma prescrição, é um tanto preocupante frente a identificação correta do prescritor e sua especialidade, o uso correto e lícito do medicamento, bem como em algumas vezes o uso abusivo ((MASTROIANNI, 2009). Quanto a identificação dos prescritores, muitos autores já depararam com prescrições de médicos que não possuíam registros em conselho de classe no estado em que exerciam sua profissão. Dentre esses alguns de outros estados, alguns estrangeiros que não possuíam licença para exercer a profissão, e em outros casos profissionais que haviam sido impedidos de exercer a profissão pelo Conselho Federal de Medicina, e até médicos já falecidos (NATO et. Al., 2002).

Em relação às informações do medicamento verificou-se que em prescrições simples na Drogaria Ana Paula, 17% das prescrições não apresentaram concentração, 3% não apresentaram forma farmacêutica, 30% não apresentaram quantidade do medicamento, 20% não apresentaram posologia e 60% não apresentaram duração do tratamento. Sobre as prescrições de controle especial, 7% não apresentaram quantidade do medicamento, 14% não apresentaram posologia e 74% não apresentaram a duração do tratamento (Figura-5).

Em relação às informações do medicamento verificou-se quem em prescrições simples na Drogaria Planalto, 17% não apresentaram concentração, 14% não apresentaram forma farmacêutica, 14% não apresentaram quantidade, 14% não apresentaram posologia, e 24% não apresentaram duração do tratamento.

Quanto às prescrições de controle especial, 3% não apresentaram concentração do medicamento, todas as prescrições apresentaram forma farmacêutica, 3% não apresentaram quantidade, 7% não apresentaram posologia e 34% não apresentaram duração do tratamento (Figura-6).

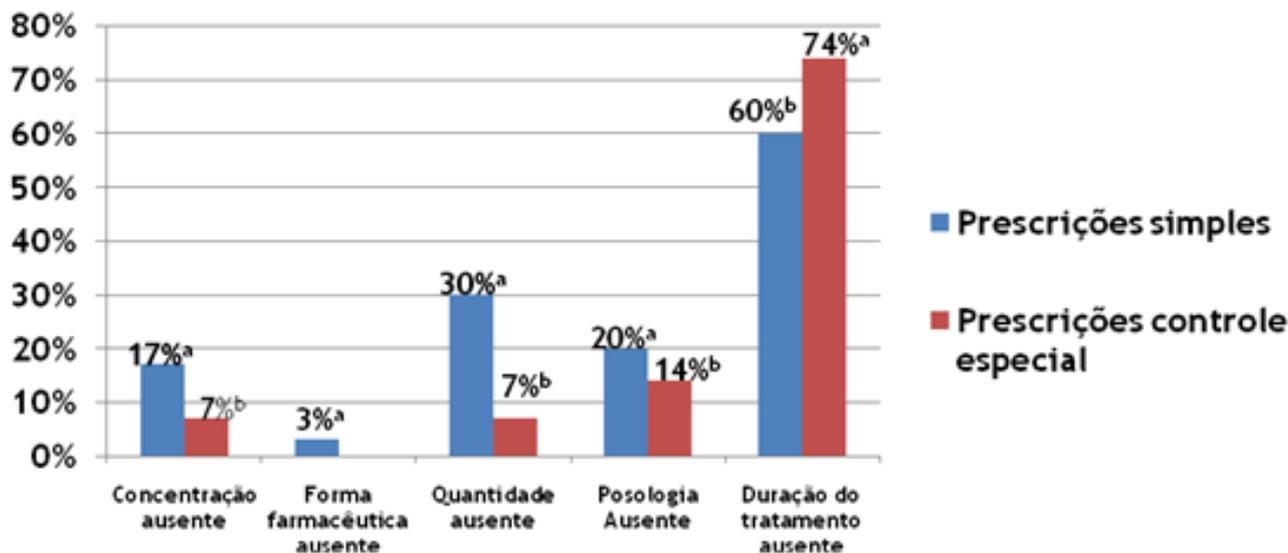


Figura-5: Informações ausentes em relação a identificação do medicamento presentes nas prescrições simples e de controle de especial (2Vias e azul) da Drogeria Ana Paula.

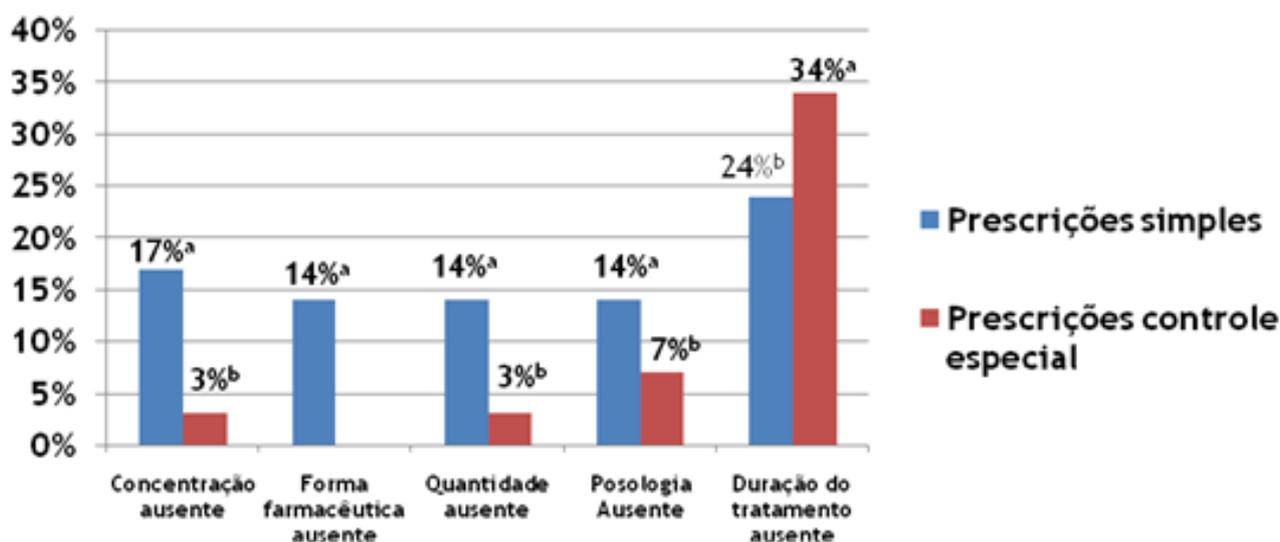


Figura-6: Informações ausentes em relação a identificação do medicamento presentes nas prescrições simples e de controle de especial (2Vias e azul) da Drogeria Planalto.

A concentração indica a quantidade de princípio ativo presente em cada forma farmacêutica sólida (comprimido, cápsulas, drágeas etc.) ou por unidade de volume nas formas farmacêuticas semi-sólidas e líquidas. Abreviaturas internacionalmente aceitas como: g para grama, mL para mililitro, mg para miligrama, UI para unidades internacionais, devem ser usadas (BONTEMPO et al., 2003). Observou-se que nas prescrições simples das duas drogarias a concentração do medicamento se faz mais ausente, entretanto a forma farmacêutica esteve presente em todas as prescrições de controle especial analisadas nas duas drogarias, a omissão da informação só foi observada nas prescrições simples.

Devido alguns medicamentos terem seu uso limitado a um determinado período de tempo como exemplo os antibióticos, ou medicamentos de uso contínuo, como anti-

hipertensivos, compete ao prescritor determinar a quantidade a ser utilizada. A quantidade a ser dispensada é considerada uma informação obrigatória para medicamentos controlados (WANDERLEY et al., 2010).

Para cada posologia é necessário conhecer os limites mínimos e máximos da dose para cada paciente, a ausência da posologia na prescrição leva ao uso de quantidades superiores ou inferiores às necessárias (WANDERLEY et al., 2010). Nas duas drogarias observou-se a omissão deste item, com maior frequência nas prescrições simples quando comparado às de controle especial.

Foi observada uma elevada incidência da omissão quanto à duração do tratamento tanto nas prescrições simples como nas de controle especial nas duas drogarias. A ausência de duração do tratamento pode acarretar dúvidas e levar a falhas quanto ao cumprimento do tratamento, podendo levar ao desperdício, prejuízo terapêutico, tratamentos inadequados, refletindo uma baixa qualidade do atendimento médico e da dispensação (MASTROIANNI, 2009).

A falta de informações na prescrição principalmente relacionadas ao medicamento poderá levar o indivíduo a um evento adverso que é possivelmente evitável, desde que a prescrição médica e a dispensação seja efetuada de forma adequada. A gravidade de tais eventos podem acarretar em prejuízos permanentes ou temporários da função ou estrutura do corpo do paciente, sendo que pode compreender como dano físico, emocional ou psicológico (NCC MERP, 2001). Os danos causados podem ser incapacitantes, com sequelas permanentes, e até mesmo resultar em mortes prematuras, em consequência da falta de segurança nos cuidados prestados aos pacientes (WHO, 2008).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu avaliar os erros quanto às falhas de redação das prescrições médicas dispensadas na Drogaria Ana Paula de Anápolis/GO e Drogaria Planalto de Goianápolis/GO.

Muitas das prescrições médicas avaliadas não forneceram todas os requisitos indispensáveis para uma utilização correta e segura dos medicamentos, porém a sua grande maioria está em consonância com as normas e resoluções estabelecidas pelos órgãos reguladores de saúde.

Sendo assim, torna-se necessário a criação de mecanismos mais eficientes que tornem a prescrição o mais correta possível, fazendo com que as mesmas atendam as normas institucionais e as legislações vigentes. A prescrição eletrônica, seria uma das medidas mais acertadas quanto a minimização dos eventos adversos relacionados aos erros de medicação advindos da prescrição.

A assistência prestada ao paciente durante a dispensação deve permitir ao mesmo conhecer o objetivo do tratamento e o modo de utilizá-lo corretamente, garantindo qualidade

na terapia medicamentosa do paciente;

Para isto, tanto os profissionais prescritores como os dispensadores devem estar cientes quanto a sua responsabilidade no que diz a respeito à legislação profissional e sanitária, promovendo assim o uso racional de medicamentos.

REFERÊNCIAS

ANVISA, Resolução - RDC nº 173, de 08 de julho de 2003. Boas práticas de dispensação para farmácia e drogaria. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/legis/resol/2003/rdc/173_03rdc.htm>. Acesso em: 07 de maio de 2010.

ANVISA, Portaria nº 344 SVS/MS. Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em:< http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/344_98.htm>. Acesso em: 11 de maio de 2010.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, 2010. O que devemos saber sobre medicamentos. Disponível em: < http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/809d0f0043f48d75ad88bff12823b55a/Cartilha%2BBaixa%2Brevis%C3%A3o%2B24_08.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 25 de agosto de 2010.

Aizenstein ML. Fundamentos para o uso racional de medicamentos. São Paulo: Artes Médicas; 2010.

BONTEMPO et al. Análise das prescrições geradas pelas equipes do PSF e das unidades de atendimento imediato, em dois distritos sanitários do município de Contagem/MG. Boletim de Pneumologia, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 2, 2003. Disponível: < http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-460X2003000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 de out. 2010.

BORGES, Elber. Orientação para prescrição, comércio e dispensação de substância e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: < http://www.unifesp.br/reitoria/residuos/orientacao-geral/arquivos/medicamento_sujeitos_a_controle_especial.pdf >. Acesso em 17 de setembro de 2010.

BRASIL. Resolução nº338 de 06 de maio de 2004 do Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/resol_cns338.pdf >. Acesso em 17 de setembro de 2010.

CASSIANI, et al. A prescrição médica eletrônica em hospital universitário: falhas de redação e opiniões de usuários. Revista Escola de Enfermagem USP, Ribeirão Preto, 2003. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n4/06.pdf>>. Acesso em: 11 de maio de 2010.

CHAVES et. al. Indicadores de uso racional de medicamentos e acesso a medicamentos: um estudo de caso. Rev. Bras. Farm. , Rio de Janeiro, 2005. Disponível em < http://www.revbrasfarm.org.br/edicoes/pdf/2005/V86_N3_2005/pag_97a103_INDICADORES.pdf >. Acesso em 13 de set. 2010.

CORRER, Cassyano J. A prática farmacêutica de dispensação de medicamentos. Paraná, 2008. Disponível em < http://people.ufpr.br/~af/mb038/texto_processo_dispensacao.pdf >. Acesso em 16 de set. 2010.

FARIAS et al. Indicadores de prescrição médica nas unidades básicas de Saúde de Família no município de Campina Grande, PB. Revista Brasileira de Epidemiologia, São Paulo, vol.10 n. 2, 2007. Disponível em : < <http://www.scielo.org/pdf/rbepid/v10n2/02.pdf>>. Acesso em 12 de set. 2010.

FEDERICO, Marília Pinto. Avaliação das Prescrições médicas de antibióticos para pacientes pediátricos em um Hospital Público da Bahia. Bahia, 2006. Disponível em:< http://www.uefs.br/scoletiva/arquivos/2006/MARILIA_PINTO_FEDERICO.PDF >. Acesso em: 14 de set. 2010.

FORMULÁRIO TERAPÊUTICO NACIONAL 2008. Brasília, 2008. Disponível: < <http://www.hub>.

unb.br/wwwroot/formulario_terapeutico_nacional_2008.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2010

FREIRE, et al. Análise da prescrição informatizada, em duas clínicas de um hospital universitário. Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: <http://www.fmrp.usp.br/revista/2004/vol37n1e2/6_artorig_prescricao_informatizada.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2010.

GALATO et. al. A dispensação de medicamentos: uma reflexão sobre o processo para prevenção, identificação e resolução de problemas relacionados à farmacoterapia. Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas, Santa Catarina, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcf/v44n3/a17v44n3.pdf>>. Acesso em: 12 de set. 2010.

Lei 5991/73 de 17 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências

MADRUGA, C. M. D.; SOUZA, E. S. M. Manual de orientações Básicas para prescrição médica. João Pessoa, 2009. Disponível em <<http://www.portalmedico.org.br/REGIONAL/crmpb/manualPrescricao.pdf>>. Acesso em 13 set. 2010.

MARIN et al. Assistência Farmacêutica para gerentes municipais. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/medicamentos/site/UploadArq/0080.pdf>>. Acesso em 14 set. 2010.

MASTROIANNI, Patrícia de Carvalho. Análise dos aspectos legais das prescrições de medicamentos. Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada, 2009. Disponível em: <http://200.145.71.150/seer/index.php/Cien_Farm/article/view/618/820>. Acesso em: 10 de maio de 2010

NÉRI, Eugenie Desrèe Rabelo. Determinação do perfil dos erros de prescrição de medicamentos em um hospital universitário. Ceará, 2004. Disponível em: <https://www.anvisa.gov.br/farmacovigilancia/erro/dissertacao_perfil_erros_prescri%E7%E3o_hospital.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2010.

NOTO AR, CARLINI EA, MASTROIANNI PC, ALVES VC, GALDUROZ JCF, KUROIWA W. Analysis of prescription and dispensation of psychotropic medications in two cities in the State of São Paulo, Brazil. Rev Bras Psiquiatr.;24: 68-73. 2002.

PONTES et al. A definição de medicamentos prioritários para o monitoramento da qualidade laboratorial no Brasil: articulação entre vigilância sanitária e Política Nacional de Medicamentos. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v24n9/14.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2010.

SECRETÁRIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ. Assistência Farmacêutica. Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/cemepar/assistencia_farmaceutica_sesa.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2010.

SOUZA, Joice Mara Cruciol; THOMSON, João Carlos; CATISTI, Douglas Godoy. Avaliação de prescrições medicamentosas de um hospital universitário brasileiro. Revista Brasileira de Educação Médica, vol. 32, n. 2, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022008000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 de maio de 2010.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Revista de Saúde Pública, São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2010.

VIANA, Susana Maria de Lima; FONTINELE, Andréia. Análise da qualidade das prescrições médicas de hospital público em São Luís-MA atendidas numa farmácia comunitária. Infarma, v. 21, n.11/12, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cff.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/124/089a152_infarma.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2010.

WANDERLEY, et al. A prescrição medicamentosa ambulatorial no internato: formação e prática. Revista Brasileira de Educação Médica, vol. 34, n. 2, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-55022010000200005&script=sci_arttext>. Acesso: 22 de setembro de 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION/World Alliance for Patient Safety. Summary of the evidence

on patient safety: implications for research. The Research Priority Setting Working Group of the World Alliance for Patient Safety. Geneva: World Health Organization; 2008.